



PROJETO DE LEI Nº 7.423, DE 2006

Dispondo sobre a redução de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o saldo da CRC, aplicado somente após efetivadas as quitações e compensações autorizadas por esta Lei, limitando-se, a redução, ao montante do saldo credor remanescente em favor do concessionário.

Autor: Deputado Carlos Alberto Leréia

Relator: Deputado João Dado

I – RELATÓRIO

O ilustre Deputado Carlos Alberto Leréia apresentou, à consideração desta Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei em epígrafe, com a finalidade de acrescentar parágrafos (5º-A e 5º-B) ao artigo 7º, da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993.

Referido projeto de Lei já foi apreciado, quanto ao mérito, pela Comissão de Minas e Energia, em 7 de novembro de 2007, tendo sido aprovado por unanimidade conforme parecer do relator, Deputado José Otávio Germano.

O propósito do Autor é “recuperar, parcialmente, o equilíbrio econômico-financeiro dos concessionários de energia elétrica que tiveram reduzidos seus saldos credores na Conta de Resultados a Compensar (CRC), em razão das alterações introduzidas pela Lei nº 8.724, de 28 de outubro de 1993, e, fundamentalmente, restabelecer a justiça de tratamento isonômico às concessionárias de energia elétrica do país, reiterando-se o respeito aos princípios do pacto federativo constitucional de que nenhuma lei de aplicação imperativa à toda nação resulte em exceções e/ou discriminações a qualquer Estado”.

Em sua justificativa, esclarece o autor que as perdas das concessionárias dos Estados de Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo e



Alagoas, foram de grande monta e são resultantes da forma de aplicação do redutor de 25% (vinte e cinco por cento) na Conta de Resultados à Compensar — CRC, antes de procedidas as quitações e compensações autorizadas pela Lei nº 8.631, de 1993, autorizações essas que se fizeram necessárias em decorrência do veto presidencial a outro projeto de lei, do qual resultou a posterior Lei nº 8.724, do mesmo ano, inobstante a aprovação da iniciativa, por unanimidade, pelo Congresso Nacional.

Assim sendo, o que se objetiva é introduzir na Lei nº 8.631, de 1993, novo texto dispondo que o referido redutor, aplicável sobre o saldo da CRC, o será somente após efetivadas as quitações e compensações autorizadas pela mesma Lei, “limitando-se a redução ao montante do saldo credor remanescente em favor do concessionário”.

Decorrido o prazo regimental, não foram oferecidas emendas a este projeto de lei.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão, além do exame de mérito, inicialmente apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h” e 53, II) e de Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, *que “estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira”*, aprovada pela CFT em 29 de maio de 1996.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 (Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012) em seu art. 90, estabelece que as proposições legislativas que importem ou autorizem, direta ou indiretamente, aumento ou diminuição de receita pública deverão estar acompanhadas de estimativas desses efeitos no exercício que entrar em vigor e nos dois subsequentes, detalhando memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, para efeito de adequação financeira e orçamentária e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria. Em seu § 4º dispõe que a remissão à futura legislação, o parcelamento ou a postergação para exercícios financeiros futuros do impacto orçamentário-financeiro não elidem a necessária estimativa e sua correspondente compensação.



O artigo 91 da LDO 2013 condiciona a aprovação de projeto de lei ou a edição de medida provisória que institua ou altere receita pública ao acompanhamento da correspondente demonstração da estimativa do impacto na arrecadação, devidamente justificada, devendo os projetos de lei aprovados ou medidas provisórias que resultem em renúncia de receita em razão de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial, ou que vinculem receitas a despesas, órgãos ou fundos conter cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos. O § 8º do artigo 91 dispõe que as proposições que tratem de renúncia de receita, ainda que sujeitas a limites globais, devem ser acompanhadas de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e correspondente compensação.

O art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, exige estar a proposição acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, assim atender o disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma de duas condições alternativas.

Uma condição é que o proponente demonstre que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias. Outra condição, alternativa, é que a proposição esteja acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, da ampliação de base de cálculo ou da majoração ou criação de tributo ou contribuição, podendo o benefício entrar em vigor apenas quando implementadas tais medidas.

A Proposta em apreço, bem como as Emendas apresentadas e rejeitadas na Comissão de Minas e Energia, estipulam procedimentos de cálculo do redutor e de sua aplicação diminutiva sobre os saldos de CRC existentes quando da publicação do decreto regulamentador da lei que estabeleceu a extinção dessas contas. O efeito líquido de tal alteração de procedimentos de cálculo e de aplicação diminutiva será o reconhecimento de créditos remanescentes em algumas dessas contas ao tempo de sua extinção, acarretando assim a constituição de um passivo nas contas patrimoniais da União, que poderá ser reduzido com débitos federais, ainda que tributários, de seus correspondentes titulares, mas desde que estes tenham sido constituídos até aquele mesmo tempo.

Assim, **a Proposta e suas Emendas não configuram hipótese legalmente prevista como renúncia de receita ou como criação de**



despesa para o orçamento vigente e os dois seguintes, não estando, portanto, submetida às exigências da LRF acima elencadas.

De fato, o reconhecimento do passivo, que a proposição implica, não compromete o atingimento da meta de resultado primário do exercício em vigor, e seu pagamento pode ser adequado às metas a serem fixadas para os dois exercícios seguintes, por não se constituírem em despesas obrigatórias.

Assim, apesar de tratar de matéria atinente às competências desta Comissão, não conflitam o Projeto de Lei e suas Emendas com os diplomas normativos atinentes à análise de adequação orçamentária e financeira – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, de modo que não implica em matéria orçamentária e financeira no âmbito da União.

É necessário esclarecer nesta Comissão que apesar da extinção da Conta de Resultados a Compensar definida no artigo 7º da lei nº 8.631/93 e da alteração estabelecida pela lei nº 8.724/93, que introduziu fundamentalmente em seu parágrafo 5º um redutor de 25% (vinte e cinco por cento) a ser aplicado sobre o total dos créditos de CRC das concessionárias, **o presente Projeto de Lei preserva e mantém tais condições, tanto a extinção quanto o redutor de 25% da CRC, acrescentando tão somente um complemento ao parágrafo 5º, (§ 5º-A), de forma que o redutor aplicar-se-á após efetivadas as quitações e compensações autorizadas por esta Lei, limitando-se a redução ao montante do saldo credor que remanescer em favor do concessionário, dando um tratamento isonômico e igualitário a todas concessionárias do país.**

Não poderíamos deixar de mencionar a preocupação do nobre Deputado Carlos Alberto Leréia com a nova realidade do setor elétrico nacional, em que o processo de privatização, iniciado em 1995 e intensificado nos anos de 1997 a 1999, resultou na transferência da maioria das concessionárias de energia elétrica estaduais para a iniciativa privada.

Neste contexto insere-se o § 5º-B do projeto de lei, onde o autor, em defesa do interesse público, estabelece: *“O disposto no parágrafo 5º-A deste artigo aplica-se às empresas concessionárias de energia elétrica, sob controle direto ou indireto da União, Estados e Municípios.”*



Em sua justificativa o autor do Projeto de Lei dá destaque à participação acionária da ELETROBRAS na CEEE (RS), com 32% do capital social, e 75% do capital da CEAL (AL), ou seja, a recomposição dos saldos credores da CRC dessas concessionárias, além de restabelecer a justiça de tratamento equânime, contribui significativamente para a recuperação do equilíbrio econômico-financeiro dessas empresas, exigido por lei, revertendo numa futura valorização de suas ações, resultando em benefícios para acionistas e consumidores.

É relevante frisar que a autorização que a Lei nº 8.631, de 1993 estabeleceu, no que se relaciona à compensação de saldos de CRC com débitos das concessionárias perante a União, não é, e nem era, àquela época, novidade.

Antes dela, o Decreto-Lei nº 2.432, de 17 de maio de 1988, havia autorizado as compensações dos saldos existentes até 31 de dezembro de 1987. Mais tarde, a Lei nº 8.013, de março de 1990, autorizou as compensações dos saldos registrados até 31 de dezembro de 1990. Em ambos os casos, as operações não estavam sujeitas à tributação do imposto de renda.

Com a finalidade de dirimir quaisquer dúvidas quanto à possibilidade ou não de utilização dos saldos de CRC remanescentes, recompostos pelo projeto de lei, transcrevemos os parágrafos 9º e 10 do artigo 7º da Lei nº 8.631, de 1993, já alterado pela Lei nº 8.724, de 1993 e o artigo 21 do Decreto regulamentador, de nº 774, de 18 de março de 1993:

§ 9º Os eventuais saldos remanescentes de CRC, após compensações autorizadas por esta Lei, ou aqueles existentes em virtude de não opção nos termos dos parágrafos anteriores, poderão ser utilizados durante o período da respectiva concessão, com a redução prevista no § 5º, na forma e para os fins estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, por proposta do Ministério de Minas e Energia, ou liquidados integralmente, ao término da concessão, de acordo com a legislação vigente.”

§ 10. O Ministério da Fazenda fica autorizado a securitizar o saldo remanescente de CRC, exclusivamente após realizadas as compensações previstas nesta Lei, ou quando não houver débitos compensáveis, por solicitação expressa do concessionário e com anuência prévia do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, para utilização em condições e



finalidades a serem estabelecidas por esse Ministério.”

Artigo 21. Os eventuais saldos de CRC dos concessionários de energia elétrica, remanescentes em 30 de junho de 1993, após realizadas as compensações a que se referem os arts. 19 e 20, serão registrados pelo concessionário em conta especial, atualizados monetariamente pelos mesmos índices de correção dos ativos permanentes e poderão ser utilizados, durante o período da respectiva concessão ou em seu término, na forma e para os fins estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, ouvido o Ministério de Minas e Energia.

Parágrafo único. A Secretaria do Tesouro Nacional - STN, do Ministério da Fazenda e o DNAEE, da Secretaria de Energia, do Ministério de Minas e Energia serão responsáveis pelo registro e atualização dos saldos a que se refere o “caput” deste artigo.

Do exame das repercussões sobre as contas públicas nacionais, registramos que os saldos de CRC que resultarem disponíveis para as concessionárias, somente poderão ser por elas utilizados para quitação de dívidas já refinanciadas pela União no prazo de 20 anos, conforme estabelece a respectiva legislação que trata do reescalonamento da dívida do setor público.

Por ocasião do encontro de contas, não ocorrerá nenhum desencaixe em moeda corrente, para ambas as partes, pois, as compensações serão efetivadas na forma da Lei nº 8.631, de 1993, com dívidas junto ao Sistema Eletrobrás e à União Federal, de forma escritural.

No que concerne à compatibilidade do projeto de lei à Lei de Diretrizes Orçamentárias, é importante ressaltar o artigo 84 da Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002, que condiciona a aprovação de lei ao cumprimento do artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000, chamada de Lei de Responsabilidade Fiscal:

Artigo 84. O projeto de lei ou medida provisória que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado ou editado se atendidas as exigências do artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

O artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal determina:

Artigo 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois



seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e pelo menos de uma das seguintes condições:

.....
.....

O fundamental é que o Projeto de Lei trata única e exclusivamente do fenômeno da compensação entre créditos e débitos, entre partes que são reciprocamente devedoras entre si. Ou seja, o objetivo do projeto de lei está totalmente centrado no montante de compensações que poderão ser feitas entre as partes mutuamente devedoras. Na verdade o Autor dispõe, na sua proposição, que as compensações a serem feitas pelas concessionárias se darão antes da aplicação do redutor de 25% do saldo credor destas. Não se discute diminuição de receita, mas um preceito que altera a base na qual se dará a compensação por dívidas mutuamente detidas entre concessionárias e a União.

Disto resulta a inaplicabilidade do artigo 14, supra transcrito, já que o mesmo se refere à concessão de “incentivo ou benefício de natureza tributária”. Tais hipóteses somente ocorrem quando haja a redução, retirada da carga tributária incidente, dilação no prazo de pagamento do tributo devido, deduções para investimento, todos incidentes sobre determinada situação de ordem econômica que o Poder Público queira fazer surgir ou incrementar alguma já existente. Ou seja, o “incentivo ou benefício de natureza tributária” é sempre dado com um ganho de ordem econômica, atribuído pelo Poder Público, sem o qual o contribuinte não praticaria determinado ato ou dele se absteria, conforme o pretendido pelo agente governamental. É enfim, um estímulo, dado sempre através de impostos, taxas ou contribuições, que, se utilizado pelo contribuinte, provocará um ganho, aferível em dinheiro, pelo contribuinte, em detrimento do ente tributante. Em resumo, é esse incentivo financeiro que motiva o sujeito passivo da obrigação tributária a encaminhar-se na direção pretendida pelo sujeito ativo da mesma obrigação tributária. Assim se comportam todos os inúmeros incentivos fiscais previstos em nossa legislação tributária federal, estadual e municipal.

No caso deste projeto de lei, não estamos diante de uma proposta de legislação que conceda qualquer espécie, por remota que seja, de “incentivo ou benefício fiscal de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita”. Na realidade estamos, mais uma vez, diante de uma situação na qual a União assumiu determinada obrigação, resultante de lei, à qual não se



permitiu cumprir. No presente caso, a União não é credora de tributo, mas de preço pela venda de energia elétrica, sendo, ao mesmo tempo, devedora inadimplente de obrigação financeira decorrente de lei. Assim sendo, não há falar em redução ou concessão de incentivo tributário “da qual decorra renúncia de receita fiscal”, como manda a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Isto se torna mais visível se atentarmos para os ditames da mesma Lei de Responsabilidade Fiscal, quando esta define o que, para seus efeitos, pode ser considerado como renúncia fiscal, ou seja, qual seria o fato gerador do benefício. Comanda a lei em questão que este se caracteriza quando haja “anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo, que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado”. Ou seja: a redução da carga tributária, pela utilização de um determinado tributo, por vontade do ente tributante.

A compensação entre créditos e débitos, entretanto, não se encontra listada pelo parágrafo 1º, do artigo 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal pelo simples motivo que, nesta figura jurídica, há um mero encontro de contas, o qual diminui na mesma proporção débitos e créditos da mesma pessoa, quer a de direito privado, quer a de direito público. Assim, nenhuma das hipóteses prevista pela Lei da Responsabilidade Fiscal está abrangida pela situação concreta sob exame. Em verdade estamos diante de uma outra figura prevista no Código Tributário Nacional, cujo efeito orçamentário é neutro, na medida em que diminui, ao mesmo tempo, montantes iguais de débitos e créditos.

Temos que, no presente caso, não se está diante de uma diminuição de tributação oriunda de benefício de ordem fiscal, mesmo porque, no caso, as companhias concessionárias não foram em nada beneficiadas. Na realidade, se a elas fosse perguntado, certamente a resposta seria que preferem e esperam que as mútuas obrigações legais sejam cumpridas, inclusive com os respectivos pagamentos das obrigações mutuamente assumidas, com o cumprimento das tarifas estabelecidas em Lei, recebendo as empresas concessionárias o mesmo e idêntico tratamento estabelecido pela Constituição Federal.



No caso em exame ocorreu exatamente o oposto, na medida em que houve tratamento diferenciado, não por redução de tributo, mas da possibilidade de compensação entre empresas da mesma natureza. Essa possibilidade de compensação entre débitos e créditos da União, decorreu de dívida desta última, dívida esta, líquida e certa, para com as empresas concessionárias, e não, de créditos tributários detidos pela União.

De outro lado, a maneira e os limites da compensação se deram de forma a dar um tratamento desigual entre iguais. Isso porque para algumas concessionárias, detentoras de elevados créditos contra a União, tanto fez que a compensação se desse antes ou depois do redutor de 25% dos créditos, uma vez que estes são maiores do que o total das suas dívidas compensáveis na forma da Lei nº 8.631, de 1993, continuando elas credoras da União. O mesmo não se deu com as concessionárias mais endividadadas, que foram tratadas de forma discriminada.

Nesse diapasão, não ocorreu qualquer renúncia fiscal por parte da União, pelo fato de que iria se verificar um menor volume quanto à efetiva entrada de recursos financeiros para o Tesouro Nacional, isto ocorrendo pela liquidação dos créditos da União contra os concessionários de energia elétrica. Se há uma diminuição na entrada de recursos, pela compensação, temos que, pelo mesmo motivo, diminui o montante das obrigações da mesma União, ocorrendo esta transmutação sem que se adentre ao mundo dos tributos ou de incentivos ou estímulos concedidos por seu intermédio. Estes últimos é que, em verdade, ocasionam a perda de receita, sem qualquer contrapartida positiva, que se reflita na mesma peça orçamentária. É para esta situação específica que se destinam os comandos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Cabe destacar que a Lei 8.724, de 1993, que alterou a lei nº 8.631, de 1993, retirou do campo da incidência do imposto de renda os créditos detidos pelas concessionárias contra a União, nascidos do inadimplemento desta última para com as primeiras, como pode ser visto na transcrição abaixo dos parágrafos de 11 a 15 do artigo 7º da lei:

§ 11º Os créditos de CRC, decorrentes das compensações realizadas na forma desta lei, serão registrados no patrimônio líquido como subvenção para investimento à conta de "Reserva de Capital".

§12º Os lançamentos efetuados com valores de CRC



decorrentes da aplicação do disposto nesta lei não serão considerados para efeitos de tributação do imposto sobre a renda da pessoa jurídica titular da conta e demais tributos e contribuições.

§13º Às utilizações dos eventuais saldos de CRC existentes após as compensações previstas nesta lei terão o mesmo tratamento econômico, fiscal e contábil quando de sua utilização, observado o que dispõe o § 9º.

§14º As empresas obrigadas a avaliar seus investimentos em sociedades controladas ou coligadas pelo valor do patrimônio líquido deverão reconhecer contabilmente os efeitos decorrentes das compensações de CRC registradas nas concessionárias como subvenção para investimento, em conta de "Reserva de Capital".

§15º A redução definida no § 5º será contabilizada na conta de CRC constante do sistema extrapatrimonial do concessionário.

Quanto ao mérito, concordamos com o Relator da Comissão de Minas e Energia e consideramos que essa é a única forma de se estabelecer um tratamento isonômico a todas as concessionárias de energia elétrica do País.

De fato, com a aprovação do presente Projeto de Lei nº 7.423, de 2006, fica assegurado aos concessionários cujos valores de CRC não foram suficientes para a compensação dos seus débitos, idêntico tratamento dado àqueles cujo CRC superou tais valores, por uma simples e justa razão, qual seja, pela evidência de que, nas concessionárias superavitárias, a compressão tarifária, origem de toda a CRC, lhes foi menos prejudicial.

Portanto, a aplicação de um redutor linear sem levar em consideração tais fatos e as peculiaridades e características do mercado de cada concessionária é, sem dúvida nenhuma, prejudicar duplamente as concessionárias daqueles Estados.

Como se pretende, com este Projeto, introduzir parágrafos na Lei nº 8.631, de 04 de março de 1993 (alcançando as posteriores alterações introduzidas pela Lei nº 8.724, de 28 de outubro de 1993), faz-se necessário um breve histórico das tratativas e negociações que antecederam a publicação do primeiro diploma legal.



A Lei nº 8.631, de 1993, chamada de “Lei Eliseu Resende”, foi resultado de um amplo debate estabelecido pelo Poder Executivo, representado na ocasião pelo Ministérios de Minas e Energia e da Fazenda , com os diversos segmentos representativos da sociedade brasileira, como governadores de estado, secretários estaduais de energia, associações ligadas ao setor de energia elétrica como, ACESA - Associação das Concessionárias Estaduais de Energia Elétrica, AEDENNE — Associação das Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica do Norte e Nordeste e ABCE — Associação Brasileira das Concessionárias de Energia Elétrica, além de sindicatos e associações de empregados, órgãos de proteção e defesa dos consumidores. Contou ainda, com a excepcional compreensão do Congresso Nacional quanto à importância de formulação de uma Lei que recuperasse e modernizasse o Setor de Energia Elétrica Nacional, atendendo aos anseios e necessidades de desenvolvimento social e econômico do País, com a melhoria na qualidade dos serviços de fornecimento de energia elétrica ao povo brasileiro.

Com a Lei nº 8.631, de 1993, se estabeleceu um elenco de soluções para superar e transpor uma crise por demais duradoura no setor elétrico, que acumulava duas décadas de contenção tarifária, no esforço do combate à inflação, levando os concessionários a níveis insuficientes para plena cobertura dos seus custos totais, descumprindo a legislação até então vigente, representada pela Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, e pelo Decreto-Lei nº 2.432, de 17 de maio de 1988, que estabeleciam uma remuneração mínima legal.

Destacamos, a seguir, duas das principais medidas introduzidas pela Lei nº 8.631, de 1993:

1. Estabeleceu-se a desqualização tarifária no País, transferindo-se às concessionárias a responsabilidade de propor ao Poder Concedente a fixação das tarifas de energia elétrica em suas áreas de atuação, dentro dos níveis estritamente necessários para a cobertura dos seus custos, segundo as características de mercado da sua concessão, ou seja: maior liberdade tarifária com rigoroso e criterioso controle de custos;

2. Extinguiu-se o regime de remuneração garantida e, em consequência, extinguiu-se a Conta de Resultados à



Compensar — CRC, permitindo-se que os valores de CRC que as empresas concessionárias possuísem, acumulados até a data de promulgação da lei, pudessem ser compensados mediante encontro de contas com dívidas junto à União e o sistema ELETROBRAS, resultando no saneamento econômico-financeiro das companhias.

A Conta de Resultados a Compensar (CRC), criada pela Lei nº 5.655, de 1971, se constituía no mecanismo que permitiu a prática de tarifas equalizadas em todo o País, garantindo-se uma remuneração mínima de 10% a 12% sobre os investimentos das concessionárias. As diferenças entre a remuneração mínima e a efetivamente verificada em cada empresa, ao praticar os mesmos preços e tarifas no Brasil inteiro (ou seja, os excessos de remuneração acima do “teto”, assim como as insuficiências de remuneração em relação ao mínimo), eram, no resultado do exercício, registradas na CRC do concessionário, para fins de compensação futura.

Sempre que os níveis tarifários fixados pelo Poder Concedente não fossem suficientes para propiciar a remuneração mínima legal - insuficiência tarifária -, o concessionário constituía um crédito contra o governo federal e o contabilizava na Conta de Resultados a Compensar (CRC).

A utilização dos créditos era considerada “subvenção para investimento” e, portanto, isenta de tributação. Esta condição decorria da aplicação do disposto no Decreto-lei nº 2.432, de 17 de maio de 1988, que assegurava a utilização dos saldos credores da CRC no pagamento de débitos dos concessionários para com a União Federal, conforme previsto na Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971.

Também é necessário um breve relato das tratativas e negociações realizadas no Congresso Nacional quando da aprovação da Lei nº 8.724, de outubro de 1993, que introduziu alterações sobre o contexto da Lei nº 8.631, de março de 1993, instituindo o redutor de 25% (vinte e cinco por cento) sobre os saldos credores da CRC das concessionárias de energia elétrica.

A instituição desse redutor de 25% sobre os saldos credores da CRC remonta à época das negociações que resultaram na Lei nº 8.631, promulgada em 4 de março de 1.993.



O projeto de lei original estabelecia que os saldos credores de CRC teriam tratamento fiscal idêntico ao definido até então pela legislação vigente, ou seja, a utilização da CRC seria considerada como “subvenção para investimento” e, portanto, isenta de tributação.

No entanto, durante a tramitação no Congresso Nacional, foi introduzido (e posteriormente retirado) o parágrafo 8º na redação do artigo 7º no contexto do projeto de lei de que resultou a Lei nº 8.631, de 1993. Esse parágrafo assim dispunha:

§ 8º - Os lançamentos contábeis efetuados com valores da CRC, decorrentes da aplicação do previsto nesta Lei, serão considerados para efeito da tributação pelo imposto sobre a renda da pessoa jurídica titular da conta conforme as alíquotas vigentes às épocas de formação dos saldos podendo, o débito fiscal correspondente, ser pago com os próprios créditos de CRC.

Este dispositivo, introduzido por iniciativa do Ministério da Fazenda, teria a alegada finalidade de reduzir o montante global dos saldos da CRC e sofreu forte resistência dos representantes das concessionárias.

Posteriormente, ao se aperceber de que de teria que gerar recursos novos em volume superior a US\$ 3,9 bilhões para custear as transferências aos Estados e Municípios (estabelecidas no artigo 159 da Constituição Federal), equivalentes a 47% dos tributos arrecadados e recebidos em CRC, o Ministério da Fazenda propôs a alteração deste parágrafo, emitindo a Medida Provisória nº 332, de 30 de junho de 1.993. Nesta MP foi introduzida uma mudança quanto à forma, permitindo que o imposto de renda pudesse ser pago com a própria CRC.

Por representar alteração brusca e unilateral, e que provocaria enorme descapitalização das concessionárias, não prevista e não acordada inicialmente, desencadeou-se um movimento nacional de rejeição à vigência dessa Medida.

A Comissão Mista encarregada de examinar a MP no Congresso Nacional, através de seu Relator, Deputado José Carlos Aleluia, passou a trabalhar em um projeto de lei de conversão que viesse a atender os interesses das duas partes, ou seja, o Tesouro Nacional e as concessionárias.



Assim, construiu-se um entendimento junto aos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia, no sentido de que fosse mantido o mesmo tratamento anterior, como subvenção, porém, com a aplicação de um redutor de 25% sobre os saldos utilizados naquelas compensações. E assim passou o referido Relator a trabalhar.

A introdução, no projeto de lei de conversão, de um dispositivo que pudesse assegurar o direito das concessionárias, resultou no texto do parágrafo 6º da nova redação que estava sendo dada ao artigo 7º da Lei nº 8.631, de 1993, o qual estabelecia que a aplicação do redutor estaria limitada ao saldo credor remanescente das quitações e compensações por ela autorizadas.

Estas circunstâncias, assim como o acordo procedido, ficaram bem evidenciados no próprio voto do relator da matéria, Deputado José Carlos Aleluia, que nele consignou textualmente, o consenso alcançado. Por ocasião da votação da matéria em sessão do Congresso Nacional, ocorrida em 6 de outubro de 1993, o Deputado Aleluia, em seu pronunciamento, novamente referiu o seguinte:

“(…)- Sr. Presidente, tive a oportunidade de negociar esse entendimento, que é amplo, e todos os partidos tiveram oportunidade de opinar.

Os Estados, particularmente suas empresas estaduais, tiveram a oportunidade de participar. O Tesouro Nacional e a Receita Federal, que não tinham, quando da votação da Lei nº 8.631, estudado com o tempo requerido a questão, também tiveram representantes presentes. Portanto, há um entendimento amplo e é pacífica a aprovação, com o apoio de todos os partidos. (..)”.

O Projeto de Lei de Conversão de nº 22, de 1993, da Medida Provisória nº 355, de 27 de setembro de 1993, foi aprovado por unanimidade. Apesar dos incontestáveis fatos acima, o mencionado PLC teve vetado o parágrafo 6º, quando da sanção de que resultou a publicação da Lei nº 8.724, 1993.

Nesse contexto, o Projeto de Lei nº 7.423, de 2006, de autoria do nobre Deputado Carlos Alberto Leréia, visa não só a recompor, com justiça, o patrimônio



das concessionárias que foram prejudicadas com as alterações introduzidas no projeto que deu origem à Lei nº 8.631, de 1993 e pela modificação imposta pela Lei nº 8.724, de 1993, mas também resgatar e preservar todas bases e fundamentos de uma negociação ampla, democrática e participativa da sociedade brasileira, em que o consenso entre os diversos segmentos foi a pauta aprovada pelo Congresso Nacional, não havendo qualquer prejuízo discriminatório à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal.

Em resumo, da análise acima procedida, pode-se observar que o PL nº 7.423, de 2006, :

a) pretende restabelecer os créditos de CRC das concessionárias, modificando uma situação, como já mencionado, que trouxe prejuízos sérios aos estados de Goiás, São Paulo, Rio Grande do Sul e Alagoas, às suas empresas, acionistas e, em última instância, aos próprios consumidores (objetiva também corrigir um erro grave e histórico que, há muito, merecia ser reparado, e fazer justiça a uma matéria já aprovada por esta Casa); e que

b) o mesmo não fere a Lei de Responsabilidade Fiscal ou outros dispositivos legais que envolvam matéria fiscal, inclusive e principalmente tributária, tampouco apresenta inadequação orçamentária e financeira, já que não importa em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, nos termos do artigo 32, inciso IX, letra “h”, artigo 53, inciso II, e artigo 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados

c) não trará, com sua aprovação, impacto financeiro e orçamentário, em razão de que não ocorrerá desembolso de recursos, pois as compensações serão efetivadas na forma da Lei nº



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

8.631, de 1993, mediante encontro de contas com dívidas junto ao Sistema Eletrobrás e a União Federal.

Diante do exposto, submeto a este colegiado meu voto pela adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 7.423, de 2006, bem como das emendas apresentadas e rejeitadas pela Comissão de Minas e Energia, e quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 7.423, de 2006.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado JOÃO DADO
Relator